



TRAMA GOLPISTA

Integrantes do STF lembram que Carta considera imprescritível a ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. E citam caso de Daniel Silveira

Jefferson Rudy/Agência Senado



Bolsonaristas não querem que a proposta de Alcolcumbre avance, pois não contempla o ex-presidente. Insistirão na proposta pela Câmara

Ministros advertem: anistia não vai longe

» WAL LIMA
» FABIO GRECCHI
» FERNANDA STRICKLAND

A possibilidade de uma anistia aos golpistas do 8 de Janeiro e que beneficie Jair Bolsonaro tem tudo para durar pouco e dificilmente entrar em vigor. A advertência é de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que não teriam dúvidas em declará-la inconstitucional caso fossem provocados a decidir sobre o tema. Sobretudo porque a Constituição de 1988 prevê a imprescritibilidade para a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (artigo 5º, inciso XLIV). O ex-presidente e os outros sete réus que estão sendo julgados pelo STF estão enquadrados neste crime.

Além disso, magistrados afirmaram que já há uma decisão do STF que invalida indultos e anistias para quem atenta contra o Estado Democrático de Direito: a que anulou o perdão ao ex-deputado

Daniel Silveira. Bolsonaro assinou, em 21 de abril de 2022, o decreto de graça para o ex-parlamentar, hoje preso na Cadeia Pública de Benfica, no Rio de Janeiro, depois de descumprir as regras impostas pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF. O ex-presidente concedeu o perdão um dia depois de Silveira ser condenado pelo Supremo a oito anos e nove meses de cadeia por crimes de ameaça ao Estado Democrático de Direito e coação no curso do processo, mas o decreto foi anulado.

Isso, porém, não tem impedido de os bolsonaristas forçarem a votação de uma anistia que beneficie Bolsonaro. Os governistas tentam impedir a votação do requerimento de urgência de uma proposta sobre o tema na próxima semana. O mérito da medida, contudo, só deve ser apreciado em plenário após o julgamento de Bolsonaro e dos outros sete réus. Em paralelo, os apoiadores do ex-presidente trabalham para tentar barrar um texto alternativo a ser apresentado pelo presidente do Senado, Davi

Alcolcumbre (União-AP) — que diferencia as penas de acordo com o grau de participação na trama golpista, separando os incitadores e financiadores das ações de ruptura democrática daqueles que participaram de atos, como o vandalismo do 8 de Janeiro contra as sedes dos Três Poderes. Além disso, pela proposta que vem elaborando, Bolsonaro não seria contemplado.

O líder do PL, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), disse que o anúncio de Alcolcumbre surpreendeu a oposição. “Ele pode falar o que quiser. Vamos votar na Câmara. Aí eu quero ver ele segurar”, desafiou.

Já o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), afirmou que o governo deve estar mobilizado para evitar o avanço da anistia. “Há preocupação de que tentem aprovar um pedido de urgência na próxima semana. Precisamos fazer o dever de casa: conversar com líderes partidários e com cada deputado, individualmente. Começamos a trabalhar para evitar que eles alcancem os 257 votos necessários

para aprovar a urgência. Veja bem: aquela PEC da blindagem, na semana passada, praticamente impedia que parlamentares fossem investigados. E mais grave: dava ao Parlamento o poder de interromper investigações e inquéritos, dizendo ainda que isso seria uma decisão política, sem possibilidade de recurso judicial. Ora, isso é inconstitucional”, criticou. Ele e outros parlamentares governistas têm acompanhado, presencialmente, o julgamento no STF.

Em entrevista, ontem, à GloboNews, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, garantiu que a oposição tem os votos necessários para aprovar a anistia, que deve avançar após a conclusão do julgamento no STF. “Temos número para isso, algo em torno de 300 votos na Câmara”, assegurou, frisando que a proposta tem apoio do Centrão.

Institutos como Datafolha e Quaest publicaram, recentemente, pesquisas que indicam a oposição da sociedade a qualquer tipo de perdão para os golpistas.

Haddad: Tarcísio "rasgou a fantasia" de moderado

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, ontem, que Tarcísio de Freitas (Republicanos) “rasgou a fantasia” de uma pessoa de centro. Ele comentou declarações recentes do governador de São Paulo sobre não confiar na Justiça e ter a intenção de conceder um indulto ao ex-presidente Jair Bolsonaro, caso seja eleito presidente da República.

“Rasgou-se a fantasia. Estava todo mundo tentando apresentá-lo como uma pessoa de centro, não era um bolsonarista. E eu estava só contando os dias para isso ser desmentido”, disse Haddad ao apresentador José Luiz Datena na Rede TV!. Ele recordou que Tarcísio foi ministro da Infraestrutura de Bolsonaro e eleito governador pela mão dele, dependendo da liderança do ex-presidente.

“Quando o presidente Lula falou ‘Tarcísio não existe sem o Bolsonaro’, não foi para ofendê-lo. Foi para constatar um fato”,

frisou o ministro. Haddad disse, ainda, que o “velho Centrão” é hoje o bolsonarismo”, observou.

O movimento em torno de um texto que anistia os golpistas ganhou tração com a adesão de Tarcísio, apontado como possível candidato da direita na eleição presidencial de 2026. Ele, porém, tenta ganhar o apoio de Bolsonaro, apesar de não ter a confiança dos filhos do ex-presidente.

Dias atrás, o vereador carioca Carlos Bolsonaro postou em suas redes sociais que os governadores de direita seriam “ratos” por abandonarem o ex-presidente e se colocarem como pré-candidatos ao Palácio do Planalto, em 2026. O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que está nos Estados Unidos, chegou a ofender o próprio pai, que defendeu Tarcísio em, uma entrevista — o diálogo foi trazido à tona no inquérito relacionado à tentativa de de coagir o STF no julgamento de Bolsonaro.

Reprodução/YouTube



Rasgou-se a fantasia. Estava todo mundo tentando apresentá-lo como uma pessoa de centro, não era um bolsonarista. E eu estava só contando os dias para isso ser desmentido”

Ministro Fernando Haddad, na entrevista a José Luiz Datena, ao comentar a postura do governador Tarcísio de Freitas

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Defesas negam atuação de Bolsonaro e generais no golpe

No segundo dia de julgamento de Jair Bolsonaro e demais sete réus acusados de integrarem o núcleo crucial da trama golpista, ontem, na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, os advogados de defesa do ex-presidente e dos generais Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Walter Braga Netto negaram qualquer participação dos acusados na trama que resultou na tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023, quando centenas de bolsonaristas vandalizaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o STF.

Foi um dia em que os advogados brilharam na defesa oral de seus clientes, ao aproveitar todas as brechas da denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e as contradições da “delação premiada” do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, considerada um relato contraditório, insuficiente e não confiável. No caso do ex-presidente, os advogados Celso Vilardi e Paulo Cunha Bueno sustentaram que ele não atentou contra a democracia, não participou da elaboração de minutas golpistas nem incitou atos violentos — e que estava em Miami, nos Estados Unidos, no 8 de janeiro.

Segundo Vilardi, Bolsonaro foi “dragado para esses fatos” sem que houvesse qualquer prova de sua participação. A defesa insistiu que não há vínculo entre o ex-presidente e operações investigadas pela PF, como a Punhal Verde Amarelo ou a Operação Luqueta. Para reforçar a tese, os advogados destacaram que nem mesmo o delator Mauro Cid atribuiu a Bolsonaro participação direta nessas articulações. Outro eixo da argumentação foi o questionamento da própria delação. Vilardi apontou que Cid “mudou de versão várias vezes”.

Como no primeiro dia do julgamento, os advogados acusaram o STF de acelerar indevidamente o processo e cercear o direito de ampla defesa ao disponibilizar provas volumosas — mais de 70 terabytes — sem tempo hábil para análise. Bolsonaro, insistiram os advogados, deixou a Presidência em 31 de dezembro de 2022 e conduziu a transição para o governo Lula de maneira regular. Inclusive promoveu o contato entre os novos ministros e os comandantes militares, o que seria incompatível com um plano golpista. Destacaram que, ainda presente, ele ordenou que os caminhoneiros liberassem as estradas bloqueadas após o resultado eleitoral.

Falta de provas

A defesa de Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil e candidato a vice na chapa de Bolsonaro, em 2022, adotou linha semelhante. O advogado José Luís Oliveira Lima afirmou que não há provas concretas contra seu cliente e que a delação de Cid “não fica em pé de jeito nenhum”. Segundo ele, é inadmissível condenar alguém com base em “um relato vago, contraditório e sem provas materiais”. Também criticou a acusação de que o general da reserva teria recebido dinheiro para financiar a trama, lembrando que o tenente-coronel não conseguiu precisar data, local nem circunstâncias.

Advogado de Augusto Heleno, Matheus Mayer Milanez buscou afastar seu cliente das acusações de participação no núcleo estratégico. Ele criticou o ministro relator Alexandre de Moraes, com o argumento de que juiz não pode se transformar em inquisidor. Negou que o general tenha pressionado militares por adesão ao golpe ou usado a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em ações clandestinas. A defesa também destacou o afastamento político de Heleno em relação a Bolsonaro, nos últimos meses de governo.

Andrew Fernandes, advogado encarregado da defesa do general Paulo Sérgio Nogueira, sustentou que o ex-ministro da Defesa tentou demover Bolsonaro de iniciativas golpistas. Disse que seu cliente sempre honrou as Forças Armadas e que não há provas de sua participação em articulações. Argumentou que os ataques virtuais de grupos bolsonaristas contra Paulo Sérgio mostram que ele não integrava o núcleo da trama.

O eixo das defesas foi a tentativa de desacreditar a delação de Mauro Cid, considerada frágil, incoerente e até fabricada sob pressão, embora a própria defesa do militar tenha negado coação. Todos os advogados sustentaram que há ausência de provas documentais ou testemunhais robustas que vinculem diretamente seus clientes à preparação de um golpe de Estado. Reforçaram também que a aceleração processual e a imensidão de provas digitais cercearam o direito de defesa.

A PGR aponta Bolsonaro como líder de uma organização criminosa responsável por cinco crimes: abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, organização criminosa, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. A PGR sustenta que o ex-presidente tinha “plena consciência e participação ativa” na trama e que os generais desempenharam papéis decisivos, seja coordenando ações violentas, articulando apoio militar ou atuando no núcleo estratégico. Na próxima terça-feira, o julgamento será retomado, com a apresentação do voto do relator Alexandre de Moraes. Nesse interim, intensificam-se as pressões da Casa Branca contra o Supremo e as articulações no Congresso para anistiar os que forem condenados logo após a conclusão do julgamento.